

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, DE ÓRFÃOS E SUCESSÃO DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX/UF.

Prioridade idoso
URGENTE

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, maior, idosa, PROFISSÃO, portadora da carteira de identidade n.º XXX.XXX – SSP/UF, inscrita no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX, domiciliada no Distrito Federal e residente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX/UF, CEP: XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXXX-XXXX**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da carteira de identidade n. XXXXX – SSP/UF, inscrito no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXX, Sobradinho II/DF, CEP: XX.XXX-XXX, telefone: (XX) XXXXX-XXXX; **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da carteira de identidade n. XXXXX – SSP/UF, inscrito no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em XXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX/UF, CEP XX.XXX-XXX, telefone: (XX) XXXXX-XXXX; **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portadora da carteira de identidade n. XXXXX – SSP/UF, inscrita no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXX/UF, CEP: XX.XXX-XXX, telefone: (XX) XXXXX-XXXX; **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da carteira de identidade n. XXXXXXX – SSP/UF, inscrito no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado XXXXXXXXXXXX- XXXXXXXX/UF, CEP: XX.XXX-XXX, telefone: (XX) XXXXX-XXXX; **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da carteira de identidade n. XXXXX – SSP/UF, inscrito no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXX, XXXXXXXX/UF, Cep XX.XXX-XXX, Tel (XX) XXXXX-XXXX; e, **FULANO DE**

TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portadora carteira de identidade n. XXXXXX – SSP/UF, inscrita no CPF sob o n. XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada XXXXXXXXXX, XXXXXXXX/UF, CEP: XX.XXX-XXX, Tel (XX) XXXX-XXXX-XXXX, **vêm por meio da Defensoria Pública do XXXXXXXX, a presença de Vossa Excelência, requerer a homologação do presente**

ACORDO DE ALIMENTOS

pelas razões de fato e de direito que seguem:

DAS NECESSIDADES DA 1ª AUTORA

A 1ª Autora conta com XX (XXXXXX) anos de idade e suas maiores necessidades estão a seguir discriminadas: alimentação, moradia, vestuário, transporte, remédios, exames, fisioterapia, cuidadora e todo o arcabouço necessário para a manutenção da saúde.

Insta salientar que o maior problema da 1ª Autora hoje, é não ter um local certo para moradia, já que se encontra na residência de sua ex-nora no momento, necessitando de ajuda para custear um aluguel e ainda pagar uma cuidadora, despesas estas que giram em torno que R\$ X.XXX,XX por mês.

DAS POSSIBILIDADES DA 1ª AUTORA

A 1ª Autora percebe apenas a aposentadoria de um salário-mínimo por mês, assim não consegue custear todas as suas necessidades com esse valor, fato que a levou a requerer pensão alimentícia de seus filhos.

Insta salientar que os gastos devem ser repartidos entre aqueles que a lei estabelece que devam auxiliar a manutenção, atendendo-se ao binômio possibilidade-necessidade.

DAS POSSIBILIDADES DOS FILHOS DA 1ª AUTORA

No que concerne às possibilidades dos filhos da 1ª Autora em ajudar na manutenção desta, estes se encontram plenamente apto a fazê-lo e reúnem totais condições para tanto, eis que todos trabalham e conseguem colaborar sem comprometer seu sustento. Vejamos:

- 1 - FULANO DE TAL** trabalha como XXXXXXXX na empresa **XXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXX, XXXXXX - UF, CEP XXXXX-XXX,** auferindo renda bruta mensal de R\$ X.XXX,XX, assim pode contribuir com o valor mensal correspondente a **X,X% (XXXXXXXXXXXXXX)** de sua renda bruta com exceção dos descontos compulsório (IR e INSS), valor que corresponde hoje a média de R\$ XXX,XX por mês;
- 2- FULANO DE TAL** trabalha como XXXXXXXX e auferir renda mensal aproximada de R\$ X.XXX,XX e pode contribuir com a quantia mensal equivalente a XX% (XXXXXXXXXX) do salário mínimo, valor que corresponde hoje a média de R\$ XXX,XX por mês, que deverá depositar até o dia XX de todo mês na conta da 1ª Autora, qual seja: **Banco XXXX; Agência: XXXXX; Conta XXXXX: XXXXX-X;**
- 3- FULANO DE TAL** trabalha como XXXXXXXX na empresa **FOX XXXXXXX, situada no XXXXXXXXXXXX - XXXXXX/UF, CEP: XX.XXX-XXX,** auferindo renda bruta mensal de R\$ X.XXX,XX, assim pode contribuir com o valor mensal correspondente a **XX,XX% (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)** de sua renda bruta com exceção dos descontos compulsório (IR e INSS), valor que corresponde hoje a média de R\$ XXX,XX

por mês;

4- **FULANO DE TAL** trabalha como XXXXXXXXXX na empresa XXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXX - XXXXXXXXX - UF - CEP: XXXXX-XXX, auferindo renda bruta mensal de R\$ XX.XXX,XX, assim pode contribuir com o valor correspondente a X,XX% (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de sua renda bruta com exceção dos descontos compulsório (IR e INSS), valor que corresponde hoje a média de R\$ XXX,XX por mês;

5- **FULANO DE TAL** trabalha como XXXXXXXXX, na empresa XXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXX - Sobradinho - XXXXXXXX, UF - CEP: XXXXX-XXX, auferindo renda bruta mensal de R\$ X.XXX,XX, assim pode contribuir com o valor correspondente a X.X (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de sua renda bruta com exceção dos descontos compulsório (IR e INSS), valor que corresponde hoje a média de R\$ XXX,XX por mês;

6- **SIMONE SILVA DE SOUSA** trabalha como secretária técnica na empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/DF, auferindo renda bruta de R\$ X.XXX,XX, assim pode contribuir com o valor correspondente a X,XX% (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de sua renda bruta com exceção dos descontos compulsório (IR e INSS), valor que corresponde hoje a média de R\$ XXX,XX por mês.

DO DIREITO

É direito preliminar do ser humano a sobrevivência, e constitui meios fundamentais para a sua realização os alimentos, o vestuário, o abrigo, e inclusive a assistência médica.

Dispõe o Código Civil:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos

outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.”

O direito que ora se busca, encontra-se previsto no artigo 229 e 230 da Constituição Federal, in verbis:

“Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida...”

IV - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, uma vez colocados os fatos, delineados no termo do acordo e do direito em que alicerçam sua pretensão, requerem a Vossa Excelência:

- 1) a extensão dos benefícios da Justiça Gratuita a todos os mediandos, por serem hipossuficientes, conforme declarações anexas;
- 2) a intervenção do ilustre membro do Ministério Público;
- 3) a homologação do presente acordo;
- 4) que seja expedido ofício para os órgãos empregadores para que procedam os descontos em folha de pagamento e depositem

na conta XXXXX-X, agência XXXX, Banco XXXXX, em nome da
Autora;

Valor da causa: R\$ XX,XXX.

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX-UF, XX de MÊS de ANO.

FULANO DE TAL

1ª Autora

FULANO DE TAL

2ª Autor

FULANO DE TAL

3º Autor

FULANO DE TAL

4ª Autora

FULANO DE TAL

5ª Autor

FULANO DE TAL

6ª Autor

FULANO DE TAL

7ª Autora

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO

